

15 AGO 1988

GAZETA MERCANTIL

Legislativo faz esforço para aprovar decretos-leis

Congresso

As lideranças partidárias reúnem-se nesta semana para estudar um amplo acordo que permita a votação, em esforço concentrado, dos mais de cem decretos-leis ainda em tramitação no Congresso Nacional, evitando que eles sejam automaticamente rejeitados, assim que a Constituição for promulgada. Os decretos abrangem medidas como a complementação de verbas do orçamento da União, o Trileão e a tabela do Imposto de Renda na fonte, a extinção do INCRA, a instituição e o congelamento da URP, o valor do Piso Nacional de Salário e o soldo-base dos militares, conforme relato da Agência Globo.

Se as lideranças não conseguirem chegar a um acordo, todos os decretos-leis em tramitação cairão na compulsória, assim que a Constituinte for promulgada, pelo parágrafo único do artigo 29 das Disposições Transitórias, que os condena à rejeição. O líder do PMDB no Senado, Roman Tito, acha que isso resultaria num "impasse institucional", e justifica: "Sem a complementação de verbas, os órgãos do governo simplesmente não teriam como enfrentar compromissos assumidos com uma estimativa inflacionária de 160% quando a realidade já aponta 300%. O Senado, a Câmara e o Exército, por exemplo, já não teriam como pagar seus funcionários no próximo mês sem a suplementação".

O senador Humberto Lucena, que como presidente do Senado convoca o Congresso, realizou uma reunião preliminar em seu gabinete na sexta-feira e concluiu que a grande maioria dos decretos será votada por consenso, sem maiores problemas, pois tratam de matérias não polêmicas. Exemplos típicos de decretos que ninguém deseja rejeitar são o que instituiu a URP — nesse caso, o País ficaria simplesmente sem política salarial — e o que extinguiu o empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos. Lucena aponta três matérias muito difíceis para um entendimento: o congelamento da URP, que a oposição desejaria ver rejeitada; pois favorecerá os recursos em tramitação na Justiça pela reposição salarial; o Trileão, medida abominada pela classe média; mas que o governo tem como indispensável para sua sustentação financeira; e a extinção do INCRA, tida pela esquerda como uma medida política contra a reforma agrária.

Lucena deseja convocar o Congresso, se houver acordo, já na próxima quarta-feira, para apreciar os decretos-leis em esforço concentrado.

Também em ritmo de esforço concentrado, o Senado Federal deverá aprovar, nesta terça-feira, a rolagem das dívidas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.